



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM GEOGRAFIA E HISTÓRIA**

**AS CASAS DE MATRIZ AFRO-RELIGIOSAS COMO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SANTARÉM-PARÁ**

PRISCILA DOS SANTOS BRANDÃO MARINHO

**SANTARÉM
2019**

PRISCILA DOS SANTOS BRANDÃO MARINHO

**AS CASAS DE MATRIZ AFRO-RELIGIOSAS COMO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SANTARÉM-PARÁ**

Trabalho de conclusão de curso – modalidade artigo –
apresentando ao curso de graduação em Licenciatura
integrada em História e Geografia, do Instituto de
Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal
do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciado em História e Geografia
com ênfase em História.

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

SANTARÉM
2019

PRISCILA DOS SANTOS BRANDÃO MARINHO

**AS CASAS DE MATRIZ AFRO-RELIGIOSAS COMO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SANTARÉM-PARÁ**

Trabalho de conclusão de curso – modalidade artigo –
apresentando ao curso de graduação em Licenciatura
integrada em História e Geografia, do Instituto de
Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal
do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito parcial á
obtenção do grau de Licenciado em História e Geografia
com ênfase em História.

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

Data de aprovação: 13/12/2019

Banca avaliadora:

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima – orientador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. André Dionei Fonseca – avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Profa. Me. Isabel Teresa Creão Augusto – avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

SANTARÉM
2019

Dedicatória

*Aos meus pais (principalmente minha mãe),
Claudia Simone e Luiz Guilherme Brandão,
que sempre acreditaram em meu potencial, não
poupano esforços em me conceder uma
formação plena.*

*Ao meu esposo Adisson Marinho por me apoiar
e incentivar em minha jornada acadêmica.*

*Ao meu orientador prof. Dr. Douglas Mota por
ter aceitado me orientar.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus e todos os seres de luz do universo, pelo dom da vida e por me proporcionar acordar todas as manhãs para viver mais um dia plena e iluminada.

Sou muito grata aos meus pais, Claudia Simone e Luiz Guilherme Brandão por estarem sempre ao meu lado me apoiando e serem pessoas de fundamental importância para a minha vida. Aos meus irmãos, Luan e Claudia Luana Brandão, que sempre me ajudavam quando possível. E ao meu esposo, Adisson Giovanni Marinho, pelo seu apoio, por estar ao meu lado e pela paciência durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Como não poderia deixar de ser, agradeço ao meu orientador, professor Dr. Douglas Mota Xavier de Lima, que aceitou ir comigo nesta jornada incerta que seria a minha pesquisa, e através de seus conselhos, possibilitou que a mesma se concretizasse. Agradeço também sua compreensão e paciência ao longo dessa caminhada.

Agradeço aos meus colegas do curso de História das diversas turmas que estudei, em especial ao Samuel Silva, que sempre me ajudou no decorrer do nosso curso e durante as pesquisas de campo, ao Patrício Gemaque, Marcos Wesley, Fabrine dos Santos, Gerson Stumbo, Eloisa Barbosa e a Juliana Gagno, pelo companheirismo, apoio e, em especial, pela contribuição na construção dessa pesquisa, acompanhando as visitas aos terreiros, buscando informações pela cidade, etc. E a todos os meus colegas da Geografia, que mesmo separando a turma, permaneceu nossa amizade. Gratidão também aos meus amigos de fora da universidade, Bruna Lanna, Felipe Garcia, Ana Karoline e Paloma Ribeiro, que sempre me deram forças para continuar.

Agradeço a todos os meus professores da UFOPA, em especial ao Prof. Dr. André Dione Fonseca, que me concedeu leituras que fomentassem esta pesquisa. E a Prof.^a Dr. Maria Betanha Barbosa que me concedeu informações sobre o mapeamento de Carla Ramos realizado anteriormente na UFOPA.

Gratidão também aos pais e mães de santo que me concederam as entrevistas e conversas, sem vocês não seria possível chegar até aqui

Por fim, agradeço a mim mesma, pelo meu esforço e dedicação, pois só eu sei o que fiz para chegar até aqui.

AS CASAS DE MATRIZ AFRO-RELIGIOSAS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SANTARÉM-PARÁ

Priscila dos Santos Brandão Marinho¹

RESUMO

Santarém, localizada no oeste do estado do Pará, é uma das cidades mais antigas da região Norte, podendo ser caracterizada pelas suas belezas naturais e pela diversidade de sua população. Contudo, a definição do que é patrimônio histórico em Santarém tem privilegiado a estética europeia e a arquitetura religiosa cristã, ainda que nas últimas décadas ampliem-se iniciativas de preservação de práticas herdadas dos povos indígenas, sendo a principal expressão a festa do Çairé. Considerando a invisibilidade da história afro-brasileira na definição do patrimônio histórico e cultural da cidade, a presente pesquisa busca apresentar os terreiros afro-religiosos de Santarém como espaços que guardam memórias, ancestralidade e resistência, sendo locais de enorme valor patrimonial para a sociedade. Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada, em primeiro lugar, na pesquisa bibliográfica acerca do patrimônio histórico, particularmente dos desafios do patrimônio afro-brasileiro, e sobre o silenciamento da história e do patrimônio afro-brasileiro no discurso histórico produzido sobre Santarém. Em seguida, a partir do trabalho de campo e de entrevistas semiestruturadas, apresenta-se mapeamento dos terreiros em Santarém e o olhar dos sujeitos envolvidos nas casas sobre a história e a importância de tais espaços para a cidade.

Palavras-chave: Patrimônio. Santarém. Religião afro-brasileira.

ABSTRACT

Santarém, located in the west of the state of Pará, is one of the oldest cities in the northern region and can be characterized by its natural beauty and the diversity of its population. However, the definition of what is historical heritage in Santarém has privileged European aesthetics and Christian religious architecture, although in recent decades initiatives to preserve practices inherited from indigenous peoples have been expanded, the main expression being the celebration of Çairé. Considering the invisibility of Afro-Brazilian history in the definition of the historical and cultural heritage of the city, the present research seeks to present Santarém's Afro-religious *terreiros* as a space that holds memories, ancestry and resistance, being places of enormous patrimonial value for society. This is a qualitative research based, first, on bibliographical research on historical heritage, particularly on the challenges of Afro-Brazilian heritage, and on the silencing of Afro-Brazilian history and heritage in the historical discourse produced about Santarém. Then, from the fieldwork and semi-structured interviews, we present the mapping of the *terreiros* in Santarém and the view of the subjects involved in the houses about the history and the importance of such spaces for the city.

Keywords: Heritage. Santarém. Afro-brazilian religion.

Introdução

Fundada em 1661, a cidade de Santarém/Pará conta com diversos patrimônios históricos e culturais de suma importância para a sociedade local, assim como no âmbito

¹ Graduanda do curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

regional e nacional, sejam eles materiais, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Casa da Câmara, que acomoda atualmente o Museu Centro Cultural João Fona, ou os imateriais, à exemplo do Círio de Nossa Senhora da Conceição, da festa do Çairé em Alter-do-Chão e das composições musicais de José Agostinho da Fonseca. Contudo, observa-se a invisibilidade da história afro-brasileira na definição do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Considerando que a cidade é marcada por lugares de memória², lugares que ressignificam quem somos, cabe questionar: por que a memória oficial produzida pela cidade, seja textual (em livros e demais registros históricos sobre a cidade) ou patrimonial (material ou imaterial), tem excluído a cultura afro e, particularmente, as casas de matriz afro-religiosas? A indagação motivou a presente investigação que tem a proposta de abordar os terreiros da cidade de Santarém na perspectiva do patrimônio histórico. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é apresentar os terreiros afro-religiosos de Santarém como espaço que guardam memórias, ancestralidade e resistência, sendo locais de enorme valor cultural para a sociedade.

A pesquisa iniciou com uma análise bibliográfica acerca da noção de patrimônio histórico no Brasil, relacionado especificamente aos cultos de matrizes africanas na cidade de Santarém, a fim de compreender a presença das religiões afro-brasileiras na localidade. Em seguida, procurou-se, através do trabalho de campo, uma aproximação com sujeitos que atuam nos terreiros da cidade, com o intuito de ter um primeiro contato com as casas, conhecer a trajetória dos espaços e construir o mapeamento dos locais. A partir desse contato prévio, optou-se por priorizar a fala dos sujeitos relacionados aos terreiros de Santarém, particularmente pais e mães de santo, visando através da pesquisa gerar levantamento de dados e visibilidade para as casas afro-brasileira na cidade. Considera-se que ao deixarmos de ouvir estas pessoas perdemos a oportunidade de ter acesso a esses conhecimentos, exclusão que ainda impera no meio acadêmico.

A história oral foi a metodologia encontrada para responder aos questionamentos da pesquisa e os caminhos que ela deveria tomar para alcançar o seu objetivo, pois através dela é possível ouvir os atores e entender um pouco da trajetória dos terreiros na cidade. Dada a escolha da metodologia que seria utilizada, passou-se para a etapa de escolha dos entrevistados e à criação de um roteiro de entrevista, visto que a entrevista possibilita uma conversa com um ou mais interlocutores, com o objetivo de obter mais informações que sejam pertinentes a

² De acordo com o Pierre Nora, em seu texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* (1993), “lugares de memória” são locais onde a memória e a história convivem juntas. Estes lugares possuem valores simbólicos para a sociedade, fazendo com que se mantenha viva a memória coletiva. O que fez com que o termo “lugares de memória” acabasse se associando a caracterização de patrimônio.

pesquisa, neste caso foi utilizada a pesquisa qualitativa, sendo optado pelo modelo de entrevista semiestruturada.

A pesquisa qualitativa trabalha com perguntas que não dariam para serem quantificadas, ou seja, trabalha a semiótica. Subdivide-se, segundo Minayo, em três fases: primeiramente ocorre a fase exploratória; em segundo, ocorre o trabalho de campo; por terceiro fica a análise do material que foi coletado. Minayo afirma que a pesquisa qualitativa é a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador. (MINAYO, 2009, p. 27)

Foram realizadas duas entrevistas em março de 2019. Os pais e mães de santos que participaram das entrevistas são importantes representações religiosas dentro de seus terreiros e conservam um grande respeito das demais casas afro-religiosas da cidade de Santarém³, sendo eles: o Babalorixá Clodomilson de Ogum, que é comendador pelo Estado do Pará na luta contra a intolerância religiosa na cidade e região; e a Ialorixá Ozanélia que foi representada pelo seu pejigan⁴ Paulo Araújo, por ser uma das mães de santo mais antigas da cidade.

Levando em consideração o conhecimento dos entrevistados dentro do tema abordado e principalmente a sua atuação religiosa, os atores foram indagados sobre assuntos como: a durabilidade dos terreiros na cidade, quais os terreiros mais antigos, qual o número aproximado de terreiros em Santarém e quais deixaram de funcionar? Esses questionamentos foram importantes para estabelecer uma análise sobre a trajetória histórica dessas casas de terreiro na cidade.

Dessa forma, a escolha da oralidade como fonte histórica nos permite ter acesso a “experiências” e “acontecimentos” dos fatos que são relevantes para a pesquisa, como afirma a autora Verena Alberti:

é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. (...) Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevista-las a respeito. (ALBERTI, 2013, p.48)

³ Não foi possível entrevistar a Ialorixá Conceição Moraes que foi a primeira mãe de santo de Candomblé da cidade de Santarém. Durante a pesquisa de campo, conversei também com a Ialorixá Natália de Oxum que não permitiu gravar a entrevista, mas que me forneceu inúmeras informações para entender melhor o que eram as religiões afro e como eram geridas.

⁴ Ogan Pejigan: É uma função de cuidas do Axé, ou seja, ele cuida do Peji (Altar da casa). O/a zelador (a) confiará o peji aos cuidados do Pejigan, ele assume junto ao axogun a primeira posição na hierarquia dos ogan e deve ser chamado de Pai. (Meu orixá, 2012. disponível em: <https://meuorixa.wordpress.com/2012/05/06/cargos-do-candomble/>).

Como já mencionado, foi realizado o mapeamento dos terreiros que existem na cidade, comparando o material do levantamento com um primeiro mapeamento realizado pela pesquisa da professora Carla Ramos⁵, da Universidade Federal do Oeste do Pará, no ano de 2012. O estudo da docente teve como proposta reunir todos os pais de santo da cidade, com o intuito de ter uma noção dos espaços que são ocupados pelos terreiros de Santarém. Através desse material prévio, e do mapeamento realizado, foi possível ter uma noção do terreiro enquanto espaço de resistência cultural e religiosa. A partir do ponto de vista dos pais e filhos de santos, o terreiro ocupa diferentes dimensões, e se relacionam com os rios, lagos, cemitérios e os demais espaços que simbolizam a cultura afro-religiosa.

Contudo, desde o período da colonização, se construiu uma repressão e invisibilidade das manifestações de cultura e religião negra. Houve a imposição de que a cultura europeia era a que deveria prevalecer, por ser considerada como a “civilizada”, sendo as demais culturas taxadas de bárbaras e selvagens. Esta ideia foi aplicada também nas áreas da construção urbana, conhecido como processo de europeização. As elites brasileiras buscavam incorporar os modos e estilo de vida dos europeus, havendo uma segregação do negro e de sua cultura, que se intensificou ainda mais após a abolição da escravidão, em que os negros passaram a ser excluídos das áreas urbanas, pois eram considerados como um empecilho para as ideias de modernização e higienização das cidades.

Os negros passaram a ser “empurrados” para as periferias e morros, como o que ocorre no caso da cidade do Rio de Janeiro, na qual as pessoas que residiam em cortiços, não deveriam permanecer morando naquele local. A elite ansiava pelos ares modernizadores, e de acordo com a fala higienista, os cortiços eram péssimos locais. Tendo o negro a sua cultura e religião relegados. A religião afro-brasileira ergueu-se com base nas influências dos diversos povos oriundos do continente africano, trazidos para trabalharem como escravos na América durante o período colonial. O Estado da Bahia, é o lugar onde se desenvolveu a religião de matriz africana, com a fusão entre os santos da religião católica e os orixás⁶.

Na Amazônia, a afro religião surgiu durante o período da borracha, em que pessoas oriundas da região nordeste, chegaram para trabalhar. Contudo, poucos trabalhos acadêmicos tratam a questão do negro e sua cultura na região norte. O terreiro é um lugar de simbolismos e

⁵ Professora do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade federal do Oeste do Pará (UFOPA), que desenvolve diferentes projetos de pesquisa e extensão sobre a cultura negra em Santarém, incluindo projeto específico sobre o mapeamento dos terreiros da cidade. Entre 2014 e 2019 a docente esteve de licença da instituição para o doutoramento, concluído na Universidade do Texas, o que dificultou o acesso ao material do grupo de pesquisa.

⁶ SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira*. Salvador: Imago, 2002, p.38-44.

ancestralidade. Um local que representa a forte identidade da cultura e religião negra, um espaço de trocas de saberes entre as gerações que por ali passam, um patrimônio coletivo. No entanto, não somente na cidade de Santarém como em outras da região norte, invisibilizam e silenciam a presença do negro e a sua importância para a formação cultural da região. De acordo como Moura:

A retórica da ausência que marcou a produção historiográfica sobre o contexto colonial da Amazônia em relação à presença de corpos e conhecimentos negros, perpetuou mecanismos de exclusão que extrapolam os limites dos livros de história e reafirmam a inexistência dessas pessoas. (Moura, 2017, p.70)

O patrimônio cultural pode ser definido como um conjunto de bens, materiais e imateriais, herdados, ou como a propriedade cultural e o modo de vida de diferentes grupos que formam uma sociedade. A noção de patrimônio cultural subdivide-se, em geral, em três grandes áreas: uma ligada ao ambiente natural, outra associada ao saber ou produção intelectual e outra decorrente da produção intelectual, um bem material concreto produzido pela ação humana. Por sua dimensão individual e coletiva, a noção envolve diretamente a problemática da seletividade do que é patrimônio, colocando em questão diferentes interesses de grupos sociais. Nesse sentido, conforme argumentam Passos, Nascimento e Nogueira (2016), o patrimônio afro-brasileiro, enquanto definição, remete a um conjunto de bens físicos e simbólicos individuais e coletivos que têm suas especificidades, mas que conceitualmente se confundem com o patrimônio e a cultura nacional. Dito isso, convém problematizar a questão do patrimônio e, especificamente, os desafios do patrimônio afro-brasileiro.

1) PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO

O valor que o patrimônio material e/ou imaterial tem para a formação e afirmação de um povo é grande. Nos dias atuais quando falamos sobre um patrimônio, logo nos vem os bens que um indivíduo possui e que futuramente serão repassados para os seus herdeiros. Na antiguidade, para os romanos, patrimônio se referia a tudo ao que pertencia a um pai de família ou a um senhor, sendo incluso a esposa, filhos, escravos, animais e todos os bens que lhe pertenciam. Em síntese, a concepção de patrimônio na visão ocidental significa o que é deixado como herança e, conseqüentemente, o que é herdado (FUNARI, PELEGRINI, 2006; SOUZA, 2018).

O sentido da palavra foi se alterando no decorrer do tempo, ganhando maior ênfase com a constituição dos Estados Nacionais, como o que ocorreu na França a partir da Revolução de 1789. Neste período, a revolução se incumbiu de dismantelar os fundamentos do Antigo

Regime, sendo necessário criar o cidadão e os meios para que partilhassem valores e costumes para poderem se comunicar entre si. Funari e Pelegrini (2006) afirmam que o Estado Nacional se originou a partir da necessidade de se criar cidadãos que compartilhassem de uma mesma origem e território, língua e cultura, assim, criando o sentido de patrimônio coletivo e nacional. Tal processo resultou, no que Rita Cruz classifica como “patrimonialização do patrimônio”, isto é, um movimento datado historicamente, cujo início remonta à tomada de decisão, pelo novo governo francês, da “necessidade de intervenção do Estado com vistas à proteção de seu patrimônio material, incluindo-se edifícios e obras de arte” (2012, p.96).

Após as duas guerras mundiais, com a criação da ONU e Unesco, em 1945, e de movimentos como o de defesa do meio ambiente, ampliou-se a percepção sobre patrimônio. Em 1950, a lei de proteção ao patrimônio acrescentava o meio ambiente, assim como os grupos sociais e os locais, indo para além de bens materiais, como ocorreu com indígenas, grupos religiosos, entre outros (FUNARI, PELEGRINI, 2006). Com isso, a preservação passou a inserir bens comuns a todos e surge a noção de imaterialidade do patrimônio. No ano de 1972, ocorreu a primeira convenção no que se refere ao patrimônio mundial, cultural e natural pela Unesco, sendo inseridos como Patrimônio Cultural da Humanidade monumentos históricos, sítios, monumentos naturais, formações geológicas ou fisiológicas e sítios naturais.

A partir dessa nova concepção sobre o patrimônio, deu-se início a um trabalho de catalogação de sítios mundiais que estariam ameaçados e a Unesco passou a conceder um emblema de patrimônio mundial para estes locais, o que resultou no maior fluxo turístico e cultural para os países e localidades com patrimônios reconhecidos. Contudo, destaca-se um grande interesse econômico das grandes potências na definição de patrimônios, sendo mais valorizada a cultura de matriz europeia. Além disso, é possível observar que em diferentes países os interesses econômicos têm sobrepujado os interesses culturais na definição do que é representativo da cultura material e imaterial de determinada sociedade (CRUZ, 2012).

As políticas criadas para proteção patrimonial vêm se mostrando ineficazes, pois ocorrem questionamentos aos monumentos que são protegidos ou que serão tombados, ainda mais quando afeta os interesses de particulares, por exemplo, os proprietários dos imóveis e empresários do ramo da construção civil⁷.

⁷ Um exemplo recente, a demolição que ocorreu no mês de setembro de 2019, da vila histórica do Tatuapé em São Paulo datada da década de 50. (Folha de São Paulo, 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/expansao-imobiliaria-na-zona-leste-de-sp-faz-vila-historica-desaparecer.shtml>)

A maneira pela qual os intelectuais produzem o universo de simbolismos a respeito das construções históricas junto às políticas de proteção, almeja que o povo se veja e sinta-se representado por aquele bem que está sendo tombado (MARINS, 2016). Segundo Fonseca (2009), são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios. Contudo, esbarram no desafio de selecionar quais os “bens móveis” e os “imóveis” devem ser definidos como patrimônio, respeitando a pluralidade cultural, principalmente no Brasil, onde há uma grande diversidade cultural, reconhecida, por exemplo, pela Constituição de 1988⁸.

Os trabalhos de tombamentos no país iniciaram entre os anos 1930 e 1940 com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN e atual IPHAN), instância com um perfil tido como vanguardistas⁹. Nesse período, em meio ao discurso de identidade nacional, os tombamentos deram prioridade aos bens remanescentes da arte colonial brasileira e aos bens de arquitetura religiosa, sendo que:

No Brasil, esses bens eram identificados pelas classes médias afluentes (em que se incluíam os imigrantes que enriqueciam com a industrialização) com um passado arcaico, primitivo, e com presença portuguesa, cuja influência cultural fora substituída pela francesa, pela inglesa, e já então pela norte-americana. Enfim, havia, entre as classes mais altas, a ideia de que *civilização* estava nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, e que a única maneira de o Brasil *civilizar-se* era imitar esses modelos. (FONSECA, 2009, p.107)

Tal orientação do SPHAN, voltada à excepcionalidade e monumentalidade dos bens, negou às populações afro-brasileiras o direito oficial de valorização de seus bens patrimoniais:

⁸ A Constituição de 1988 buscou barrar a ideia de que o Brasil tinha uma única identidade para toda a nação, justamente por causa da sua grande pluralidade, sendo assim, fez com que o Estado reconhecesse a diversidade de povos e culturas existentes em nosso país. De acordo com o Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, Art.216). Deste modo, o poder público deve se responsabilizar junto com a comunidade em proteger o patrimônio cultural, e aquele que descumprir a lei, está passível de punição.

⁹ Nos anos 70, alterou-se os perfis dos profissionais que ficariam responsáveis de criar valores para os possíveis bens a serem tombados, ocorrendo um processo para que as pessoas reconhecessem a importância daqueles bens patrimoniais para a perpetuação de nossa história. Contudo, neste mesmo período havia duas linhas que atuavam quando o assunto era patrimônio e que gerava um certo conflito, uma era a do SPHAN e a outra era a do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) tinha como objetivo delinear um conjunto que tivesse uma representação simples para ser utilizado para descrever e analisar o processo pelo qual passava a cultura brasileira. Enquanto, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) definia o que era o patrimônio histórico e artístico nacional, definindo também quais eram os bens móveis e imóveis para serem preservados.

De maneira que terreiros, territórios quilombolas, clubes negros, bairros e vilas operárias, entre outros, nunca foram reconhecidos enquanto tal, embora quando do período de institucionalização dos bens patrimoniais brasileiros, nas primeiras décadas do século XX, já fossem espaços de representatividade religiosa, ação política, resistência cultural e étnica, ou seja, verdadeiros núcleos de sociabilidade. (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012, p. 72 Apud SOUZA, 2018, s/p.).

Com o alargamento da noção de patrimônio a partir dos anos 80, observa-se um movimento de valorização da perspectiva histórica e da diversidade étnica brasileira, processo que abarcou a cultura material e imaterial afro-brasileira assim como a de imigrantes que vieram para o Brasil, como italianos e japoneses. Ademais, diferentes cidades receberam destaque por seu patrimônio histórico, como é o caso da cidade de Olinda (PE), tombada em 1982, e a cidade de Brasília, tombada em 1992. Ressalta-se que antes desta ampliação das políticas, a única cidade que havia sido tombada pelo Iphan como patrimônio foi a cidade de Ouro Preto (MG), no ano de 1968.

No ano 2000, houve uma nova ampliação das políticas patrimoniais, com o Decreto 3551/2000, em que institui o registro de bens de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, passando-se a enquadrá-los nas catalogações. Encaixasse neste Decreto os saberes populares que passam de geração para geração, as festas populares, a gastronomia popular, assim como as danças, por exemplo, o carimbó e o lundu marajoara da região Norte.

Devido ao caráter elitista dos bens tradicionalmente tombados e protegidos pelas políticas de preservação patrimonial, a maioria da população que passa em frente a locais tombados, não entra e nem os conhecem, não por falta de interesse, mas por não se sentirem representados por eles, fazendo com que estes locais acabem por ter um caráter excludente. Do mesmo modo, os diversos grupos étnicos são sub-representados pelos órgãos responsáveis pelos tombamentos e isso também vale para as práticas religiosas, visto que o número de bens de caráter religioso que são tombados representam, sobretudo, a religião católica. (MARINS, 2016)

Apesar dessa tendência hegemônica, outros templos religiosos também passaram a ser considerados patrimônio histórico, como o que ocorreu com o terreiro Ilê Axé Lyá Nassô Oká (terreiro da Casa Branca). Localizado em Salvador/BA, ele foi construído em 1830 e, de acordo com os documentos existentes, é considerado a primeira casa de candomblé aberta na localidade, constituindo o terreiro mais antigo do país, chamado pelo poeta Francisco Alvim de “mãe de todas as casas”, pois a partir dele se originaram outras casas de candomblé. Ele foi reconhecido no ano de 1986, sendo o primeiro representante dos cultos afro-religiosos a fazer parte das novas políticas de tombamento que ocorreram na década de 80. Neste mesmo ano

ocorreu o tombamento da Serra da Barriga/LA, local onde se localizava o famoso Quilombo dos Palmares, considerado como Patrimônio Cultural Brasileiro e que, em 2017, ganhou o patamar de Patrimônio Cultural do Mercosul.

A partir dos anos 2000, com o Decreto 3551/2000, a população começou a fazer parte do processo de escolha de bens tombados, serviço que só era realizado por agentes que trabalhavam para o IPHAN. É desse período a ampliação do destaque dado às heranças patrimoniais de caráter imaterial, sendo exemplo o Jongo da Serrinha, manifestação cultural tombada em 2005, e o Terreiro Axé Opô Afonjá/BA, fundado em 1910 e tombado em 2000. Outros terreiros tombados pelo Iphan foram o Bate-Folha (2005), Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois) (2005), Ilê Maroiá Láji (Alaketo) (2008), Ilê Axé Oxumaré (2014), todos eles casas localizadas na cidade de Salvador; o Omo Ilê Agboulá (2015), localizado em Ilha de Itaparica (BA), Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), localizado em Cachoeira (BA) e a Casa das Minas Jeje (2015), localizada em São Luís (MA). Vale ressaltar que todos os terreiros citados se localizam na região Nordeste (Tabela 1).

Tabela 1. Listagem dos terreiros tombados pelo IPHAN (1982-2018)

Estado	Município	Nome do Bem	Nº do Processo	Ano
BA	Salvador	Terreiro da Casa Branca	1067 T 82	1986
BA	Salvador	Terreiro do Axé Opô Afonjá	1432 T 98	2000
MA	São Luís	Terreiro Casa das Minas Jeje	1464 T 00	2005
BA	Salvador	Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)	1471 T 00	2005
BA	Salvador	Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji	1481 T 01	2008
BA	Salvador	Terreiro de Candomblé do Bate-Folha	1486 T 01	2005
BA	Salvador	Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré	1498 T 02	2014
BA	Cachoeira	Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)	1627 T 11	2015
BA	Itaparica	Terreiro Culto aos ancestrais Omo Ilê Agboulá	1505 T 02	2015
BA	Salvador	Terreiro Tumba Junçara da Nação Angola	1517 T 04	2018
PE	Recife	Terreiro Obá Ogunté - Sítio do Pai Adão	1585 T 09	2018

Fonte: SOUZA, 2018.

Ao considerar o patrimônio tombado, parece que a religião afro-brasileira e seus cultos só existem na região Nordeste, principalmente na Bahia, quando na realidade está espalhada por todas as regiões do país. Outro detalhe é que são todos pertencentes ao Candomblé, sendo os terreiros de Umbanda e de outras religiões afro-brasileiras relegados. Segundo Paulo Marins:

Sínteses como a umbanda, em que elementos europeus se justapõem a práticas de origem africana, não são prestigiadas pelo tombamento federal, criando assim uma hierarquia fortemente exclusiva entre os cultos afro-brasileiros, em que o candomblé, obviamente também plástico e sincrético, é isolado e congelado sob a redoma de uma africanidade idealizada. (MARINS, 2016, p. 24)

Na região Sudeste do país, em São Paulo, no mês de fevereiro deste ano 2019, foram tombados cinco terreiros afro-religiosos, são eles o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara, Templo de Culto Sagrado Tatá Pércio do Battistini (Ilê Alá Ketu Asé Ayrá), Centro Cultural Ilê Olá Omi Asé Opo Araka, Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein, Centro Cultural Ilê Afro-brasileiro Odé Loreci. Assinala-se, contudo, que o tombamento ocorreu por parte do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e não pelo IPHAN¹⁰.

Diante dos elementos expostos, corrobora-se com Santos, ao afirmar que:

Se no passado a dificuldade estava assentada na proibição da prática e da necessidade de ocultá-la, hodiernamente, alguns dos grandes desafios para a continuidade dos espaços de religiões de matrizes africanas é a especulação imobiliária, violência e a crescente intolerância religiosa praticada por neopentecostais. Tais fatores demonstram que pensar em ações que garantam a preservação é fundamental para continuidade do legado, porém, as ações necessitam ser pensadas de dentro para fora, respeitando as liturgias, a hermenêutica e a cosmologia das religiões de matrizes africanas (SANTOS, 2014, s/p.).

Como assinalado, mostra-se de suma importância o desenvolvimento de ações e políticas públicas que garantam a preservação do espaço físico das casas de religião afro-brasileira e a segurança social dos egbé, possibilitando a continuidade das manifestações religiosas dos seus antepassados e, conseqüentemente, preservando a cultura afro no Brasil. Contudo, a pesquisa de Ferreira e Santos aponta que:

Os resultados do estudo revelam dinâmicas que embaraçam os processos de emancipação e valorização das religiões afro-brasileiras na esfera da tomada de decisões dos governos. Vale ressaltar que tais dinâmicas se ancoram em argumentos que prestigiam aspectos associados a padrões estéticos europeus, mais diretamente conectados aos costumes e arquitetura cristã. (...) Contudo, as ações de governo comprometidas com o avanço de direitos no exercício dos adeptos das religiões afro-brasileiras não se consolidam em virtude da oposição de grupos conservadores ou pela fragilidade no modo de implementação das ações, pelo próprio governo (FERREIRA; SANTOS, 2018, p.65-66).

A problemática apresentada pelo autor nos mostra as dificuldades de se manter e participar de religiões de matrizes africanas, isso porque é apresentado a sociedade um falso discurso de um estado laico, que é sufocado por um conservadorismo religioso pautado numa disputa de poder político entre católicos e evangélicos, que acabam subjugando o direito à liberdade religiosa dos tachados não cristãos.

¹⁰ O Condephaat é um conselho responsável pelos bens patrimoniais pertencentes somente ao Estado de São Paulo, enquanto o Iphan é um instituto federal cuja responsabilidade é a preservação dos bens materiais e imateriais do país.

2) O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM SANTARÉM E OS TERREIROS DA CIDADE

O município de Santarém está localizado no estado do Pará, na região Oeste. O local conheceu a concentração de inúmeros povos indígenas antes da colonização, contudo, sua fundação data de 22 de junho 1661, pelo Padre João Felipe Bettendorf, como um aldeamento para os trabalhos missionários com os indígenas Tapajós. A localidade foi elevada ao patamar de cidade em 24 de outubro de 1848 e devido a constituição do município estar ligada às missões religiosas do período colonial, resulta até os dias atuais o predomínio da religião católica na cidade.

Santarém é um local que conta com diversos bens históricos e culturais de grande importância, sejam eles materiais, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Casa da Câmara, onde se situa o atual Museu Centro Cultural João Fona, a Igreja Batista de Santarém, o Solar do Barão de Santarém; ou imateriais, como o Círio de Nossa Senhora da Conceição, as composições musicais de José Agostinho da Fonseca e a Festa do Çairé. Contudo, o crescimento da cidade e o grande fluxo migratório para ela fizeram com que muitos locais de importância patrimonial fossem demolidos para dar lugar a prédios ou espaços mais modernos. Assim, a busca pelo crescimento econômico acabou afetando estes locais, como ocorreu com o prédio onde se localizava a padaria Lucy, que foi demolido para dar lugar a um hotel, e na demolição do Casarão Tapajônico, do qual foi preservada apenas sua fachada.

Não obstante, ocorre uma invisibilidade quando se trata de terreiros de cultos afro-religiosos enquanto patrimônio histórico e cultural na cidade, locais que também guardam muitas histórias, assim como são locais de luta e resistência. Ocorre, de certo modo, uma hostilização institucional que pouco valoriza estas memórias. Na cidade, existem trabalhos de catalogação e inventariação dos patrimônios históricos e culturais, no entanto, não se encontra material relacionado a afro-religião.

No livro *Santarém: momentos históricos* (1987), Wilde Dias da Fonseca escreve informações gerais sobre a cidade, a fundação de Santarém, o desenvolvimento da Missão entre o Tapajós, a fortaleza do Tapajós, a origem do nome de Santarém, cientistas de renome nacional e internacional que passaram pela cidade, o movimento da cabanagem, a imigração americana, além de tratar de personalidades locais, da cerâmica, entre outros tópicos. Nota-se que em nenhum momento são citadas as religiões de matriz africana na cidade de Santarém e nem sobre a presença da cultura afro-brasileira.

Da mesma forma, em *Memórias de Santarém* (2010), Lúcio Flávio Pinto relata diversos acontecimentos que ocorreram na cidade, divididos em tópicos como: Arte e cultura;

Antologia das enchentes e da várzea; Políticas santarenas: a influência do Baratismo (1940-1965); A vida social da elite santarena, gente que marcou a história santarena; Religião: a influência histórica do catolicismo; entre outros tópicos. Novamente, observa-se a ausência de informações acerca dos cultos afro em Santarém.

O Padre Sidney Canto, historiador que nasceu em Santarém no ano de 1974, já escreveu diversos livros e artigos sobre a cidade, dentre eles estão *Santarém: história e curiosidades* em três volumes (2014-2016). Ao fazer a análise dos referidos livros, constata-se a ausência de relatos da cultura e religião afro-brasileira.

No ano de 2010, a historiadora e professora Terezinha Amorim, junto a Faculdade Integrada do Tapajós (FIT) e patrocinada pela Mineração Rio do Norte (MRN), lançou o catálogo *Patrimônio histórico e arquitetônico de Santarém*. Ele contém os monumentos arquitetônicos da cidade localizados no centro histórico, que é compreendido da travessa Silva Jardim (Aldeia) à Praça Barão de Santarém (Prainha). Embora seja possível encontrar diversos casarões e outros monumentos, não se observa nenhum terreiro ou patrimônio afro-brasileiro no catálogo.

Apesar das inclinações expostas, assinala-se como contraponto o trabalho da professora Carla Ramos. Em 2010 ela iniciou uma pesquisa a respeito das casas de religião afro e/ou ameríndia que existiam na cidade, que resultou na criação do Núcleo de Pesquisas e de Documentação das Expressões Afro-Religiosas no Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO), em 2012. O trabalho da pesquisadora é um dos poucos da região – envolve Santarém, Monte Alegre e Alenquer – voltado às casas afro-religiosas e afro-ameríndias.

Ao considerar a história institucional dos terreiros em Santarém, sabe-se que, no ano em que estava sendo fundada a Federação Espírita e Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Estado do Pará (FEUCABEP), em Belém (1964), já funcionavam em Santarém as casas da Mãe Vavá, que era localizada no bairro Aldeia, da Mãe Francisquinha, no bairro do Mararu, e da Mãe Isabel Preta, localizada em frente ao parque da cidade, considerada a mais antiga. Sabe-se, contudo, que pelo menos desde a década de 40 (BEMERGUY, 2014b) já existiam manifestações afro-religiosas pela cidade, ainda que ocorresse às escondidas. Tombar os bens móveis ou imóveis é a primeira conduta para a preservação e manutenção de sua história, visto que, impossibilita que ocorra a sua demolição ou descaracterização.

A proteção de determinado local não significa que o proprietário terá que desapropriar o seu imóvel, mas proíbe que ocorra sua alteração ou destruição. Tanto que o imóvel pode ser alugado ou vendido, desde que se mantenha a sua preservação, respeitando os critérios para a intervenção física do bem, como é o caso do casarão onde se localiza a loja

Marisa nos dias atuais no centro da cidade.¹¹ O tombamento é efetuado pela União através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou pelo Governo Estadual e/ou Municipal. Na cidade de Santarém o órgão responsável pela preservação dos bens culturais da cidade é a Secretaria Municipal de Cultura (SEMC).

O ato de tomar determinado local tem por objetivo a sua preservação por possuir valor histórico ou cultural, de valor arquitetônico ou ambiental para a sociedade. Encaixa-se todos os bens móveis ou imóveis que guardem a memória coletiva, como as praças, casarões, cidades etc. Preservar determinados locais, não significa que a cidade não poderá crescer ou se modernizar. Pelo contrário, o crescimento da cidade e a preservação de sua história podem e devem andar juntas. É necessário buscar preservar e valorizar os bens que estejam se deteriorando pelo descaso com eles, ou pelos seus valores históricos, como é o caso dos terreiros que existem na cidade.

Diante dos elementos expostos, é possível afirmar que a memória textual produzida sobre a cidade excluiu e permanece a excluir a história afro-brasileira em Santarém. Assim, reitera-se que a eleição de um patrimônio é sempre um processo socialmente ou culturalmente seletivo, seletividade que, em Santarém, seja pelo poder público ou pelo discurso histórico, permanece a ressaltar, sobretudo, os elementos identitários cristãos e das elites coloniais, agregando gradualmente o patrimônio indígena, ao passo que as heranças materiais e imateriais afro-brasileiras são silenciadas.

3. TERREIROS EM SANTARÉM: O OLHAR DOS SUJEITOS

No ano de 1964 foi criada em Belém, pela 2ª Delegacia de Polícia, a FEUCABEP¹², abrindo uma filial na cidade de Santarém em 1982. Esta federação se tornou responsável pela mediação nas negociações que ocorriam entre as casas/terreiros e o Estado, definindo quais as regras que as casas deveriam seguir e, conseqüentemente, acabava tendo um caráter controlador em relação a estes locais.

Antes da criação da federação, era necessário que os donos das casas afro-religiosas se dirigissem até a delegacia para solicitar uma autorização para poder realizar seus cultos, que à época eram proibidos, situação que perdurou até o ano de 1982, em Belém. Mesmo após a criação da federação o procedimento de prévia autorização para o culto não foi excluído, sendo

¹¹ O local onde funciona a loja Marisa, é o Solar dos Brancos, o espaço foi construído no final do século XIX. Embora esteja funcionando uma loja de vestuário, manteve-se suas características preservadas. Sua fachada continua intocada.

¹² A FEUCABEP foi criada em um contexto de golpe, em que estava se instaurando no país a ditadura militar no ano de 1964.

necessário que os pais de santo apresentassem alvará de funcionamento assinado pelo presidente da federação. Apenas no final do ano de 1982 que a Secretaria de Segurança Pública do Pará interrompeu esta lei com a criação da portaria nº1288/82 (BERMENGUY, 2014a).

Na cidade de Santarém/PA, para poder adentrar para a federação, era necessário que se passasse por um processo de se raspar a cabeça (raspar o santo como é conhecido dentro dos terreiros). Para se obter o alvará, o requisito era que o filho tenha passado e cumprido todo o processo de iniciação dentro de alguma casa, verificando-se se as informações por este são condizentes para poder se concretizar a liberação da autorização (BEMERGUY, 2014a).

Segundo Bemerguy, a Ialorixá Isabel Preta “foi a primeira que tocou tambor dentro de Santarém” (2014b, p.41), já no ano de 1945, tendo as outras casas se iniciado a partir da sua. Ela foi esposa do pai Clodomilson, que após o falecimento da mãe Isabel e por problemas familiares, precisou vender o terreno onde se localizava o terreiro em frente ao parque da cidade, possuindo hoje uma casa de axé localizada na rua Indianópolis, número 66, bairro Ipanema.

Como informado anteriormente, procurou-se na investigação ouvir os sujeitos relacionados à história dos cultos afro-brasileiros na cidade, buscando acessar memórias e histórias de vida que expressassem o protagonismo deles e como tais sujeitos pensam a importância dos terreiros de Santarém enquanto locais históricos. Deste modo, passa-se aos relatos dos entrevistados e ao resultado do mapeamento.

O Babalorixá Clodomilson de Ogum (45 anos), nasceu em Porto Velho (RO) e chegou na cidade de Santarém ainda na década de 90 aos dezesseis anos. Passou a trabalhar no candomblé aos trinta anos, totalizando quatorze anos de obrigação. Atualmente ele é sacerdote na nação Ketu. A Assembleia Legislativa do Estado do Pará concedeu ao pai Clodomilson a Comenda “Mãe Doca” no ano de 2017, por sua militância em prol da cultura afro-religiosa na cidade de Santarém. Um exemplo de suas lutas, foi conseguir com que os pais de Santos possam realizar suas orações em seus filhos dentro do hospital. Outro exemplo, foi enfrentar o Pr. Marco Feliciano que pichou o muro da casa de sua falecida esposa Ialorixá Isabel Preta na Bartolomeu de Gusmão e jogou água benta; pai Clodomilson acionou o Ministro da Igualdade Racial e abriu um processo contra o pastor em Brasília.¹³

Olha aqui o título de comendador, né? Pelas lutas de intolerância, né? contra a religião e dependendo, porque você sabe que tem que ter pé no chão e equilíbrio pra enfrentar, porque o preconceito está dentro da sala de aula, o preconceito está dentro da sua família, um chama o outro de gordo, o outro de preto, o outro de magro, né? bullying,

¹³ Na época em que se deu o ocorrido, o Pr. Marco Feliciano era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

e eu fui enfrentando, debatendo e dialogando com essas pessoas. Hoje faço parte da sociedade civil organizada, junto com pastores, Assembleia de Deus, Deus é amor, a Igreja da Paz, são todos os meus amigos, um se trata para o outro de sacerdócio, porque lá está escrito sacerdócio. (Pai Clodomilson)

O fragmento nos evidencia o compromisso de pai Clodomilson na luta contra a intolerância religiosa na cidade e na região, buscando demonstrar para a sociedade local que a casa de axé não é um lugar de “coisas do mal”, posto que as pessoas procuram a casa em busca de paz espiritual ou caridade. Quando perguntado sobre a quantidade de terreiros que existiam na cidade, pai Clodomilson contou que:

Tinha dez terreiros quando cheguei, Santarém, mas terreiros assim, não conhecidos pela sociedade, terreiro pequeno como o caso do terreiro da Ozanélia, terreiro da mãe Conceição Moraes, da finada Isabel, né? Brígida, Maria da Paz, pessoas maravilhosas que uns estão tocando e outros já partiram. (...) Os mais antigos eram o da finada, hoje o da mãe Conceição Moraes que ainda tá tocando, aí o da Ozanélia que tá viva e é Ialorixá, que também é do candomblé. (Pai Clodomilson)

A casa Ilê Asé Oto Sindoyá foi fundada no ano de 1979, pela Ialorixá Maria Ozanélia (72 anos), sacerdotisa da casa a 40 anos em atividade. Sua casa iniciou os trabalhos na umbanda e depois migrou para o candomblé, onde no candomblé já somam 37 anos de trabalhos. Oriunda do Ceará, mora em Santarém há cerca de 44 anos, iniciou sua vida religiosa primeiramente na Umbanda, e no ano de 1982 começou suas obrigações no Candomblé por imposição da FEUCABEP. Segundo o pejigan Paulo, a Ialorixá Ozanélia:

relata que a federação que comanda os cultos afro religiosos, pra pessoa ter casa aberta como ela tinha, era obrigatório ser iniciado dentro do candomblé. Por isso que ela entrou para o candomblé né... em 1982, e foi uma coisa assim que encantou ela, não conhecia, mas que logo de imediato começou a amar o candomblé. (Pejigan Paulo)

Quando mãe Ozanélia iniciou seus trabalhos em Santarém, não existiam casas de Candomblé na cidade, somente casas de Umbanda abertas, como o da Ialorixá Isabel Preta, Ialorixá Nazaré Rufino e Ialorixá Conceição Moraes que, posteriormente, se tornou a primeira mãe de santo de Candomblé da cidade. Os trabalhos da mãe Ozanélia na afro-religião totalizam 55 anos, realizando em sua casa tanto cultos aos cabocos quanto aos orixás.

Segundo informações obtidas nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, existem em Santarém atualmente 37 terreiros em funcionamento¹⁴, fora as barraquinhas que funcionam clandestinamente¹⁵. Destes terreiros foi possível, através do trabalho de campo, identificar 19 em atividades e 6 que não estão mais em funcionamento (Apêndice).

¹⁴ Informação obtida durante a entrevista com o Pai Clodomilson, no de 12 de março de 2019.

¹⁵ Segundo Pai Clodomilson, são mesas que funcionam em fundos de quintais, pois muitos trabalham, mas tem medo de se revelar para a sociedade e sofrerem atos de preconceito ou serem apedrejados. (Entrevista realizada em 12 de março de 2019)

Como foi citado anteriormente, mesmo os terreiros mais antigos estão ausentes no levantamento sobre o patrimônio da cidade de Santarém. Contudo, de acordo com Ivete Sacramento, secretária municipal de reparação da Bahia: “essas entidades [terreiros] possuem formas próprias de organização e são de extrema importância cultural, social e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradoras e transmitidos pela tradição” (SACREAMENTO, 2016). Essa presença da religião e cultura dos povos negros também é significativa para a região de Santarém, dado que existe um número considerável de praticantes locais, sejam eles da umbanda, candomblé ou tambor de mina.

Para o Babalorixá Clodomilson, é necessário mostrar para a sociedade que os terreiros são lugares que guardam memórias e tradições, para que se possa quebrar o tabu de que ali é um local que não deva ser frequentado por conter energias negativas “ele vai achar na casa de axé (*tradições*) que é a casa do candomblé e a cultura que vem dos ancestrais, então a ancestralidade não pode morrer”. Os terreiros desenvolvem ações sociais, como doações de cestas básicas, brinquedos, ajudam pessoas a saírem do meio das drogas e cobram das crianças que fazem parte da casa, que obtenham boas notas na escola para poderem participar das atividades que são fornecidas, como as aulas de capoeira.

Conforme disse o pai Clodomilson, desde o início de suas lutas contra as injúrias raciais que os afro-religiosos sofriam na cidade e na região, os casos diminuíram:

Hoje nós temos na UFOPA os quilombolas que nós conseguimos botar os índios, os negros, conseguimos os homossexuais, os afro-religiosos que hoje é lei obrigatória, conseguimos quebrar isso aí. Hoje nós estamos na cultura, hoje nós vamos pra praça pública fazer nossos eventos, assim como os evangélicos e católicos fazem, nós também fazemos os nossos eventos, bater nosso tambor lá na praça. (Pai Clodomilson)

De acordo com o pejigan Paulo, um dos principais desafios para os filhos das casas afro-religiosas é a própria sociedade santarena, visto que ainda existe muita relutância, por exemplo no mercado de trabalho:

vamos supor aqui, as lojas de Santarém hoje, todas são de pessoas evangélicas. Certo? Se uma pessoa ir daqui e dizer que é afro religioso, eles não vão empregar. Pode ser o mais capacitado que for pra aquela vaga, mas eles botam um menos capacitado por conta da religião. (Pejigan Paulo)

Essas atitudes presenciadas pelas pessoas que frequentam as casas de religião de matriz africana somam-se ao silenciamento, à invisibilidade e às diferentes manifestações de racismo recorrentes em nossa sociedade, as quais afetam a vida e a memória da população

negra. Lutar contra essas atitudes é um processo longo, pois ainda há muitos direitos a conquistar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de um patrimônio histórico não pode resumir-se somente a cidades ou a construções associadas a grupos e profissões de fé específicas, ela deve englobar bens relacionados à memória e aos costumes que expressem a diversidade populacional e de credos do país. O patrimônio histórico, de certo modo, acaba tornando-se um meio de propagação de conhecimento para todos da sociedade, pois aprendemos muito com eles, embora muitas das vezes não nos darmos conta disso.

A população não só de Santarém como do restante do país deve levar em consideração a importância das religiões de matriz africana para a nossa formação cultural tanto regional quanto nacional. Os terreiros são importantes locais para serem preservados pelas políticas de proteção ao patrimônio, por conter memórias e tradições que são de grande valor para a nossa sociedade.

Decorridos os anos da ditadura e a intervenção da federação nas casas, os terreiros conseguiram resistir e permanecem até os dias de hoje lutando contra os ataques racistas. Ainda se tem muito o que conquistar, mesmo já se tendo alcançado algumas vitórias junto à justiça e à sociedade. Os terreiros devem, assim como os casarões e igrejas, ser preservados na cidade.

Um dos maiores desafios na preservação destes locais é que a sociedade não os reconhece como um lugar de memória para a região, dado que, eles não são vistos com “bons olhos” e acabam sendo relegados e excluídos dos registros da cidade. O tombamento não é a única forma de manter estes lugares preservados, visto que é um processo lento e que exige procedimentos burocráticos. Vigiar, inventariar, promover educação patrimonial e registros, são formas de manter estes lugares e suas histórias preservadas. Como pode-se notar no estudo, há um número significativo de casas afro religiosas na cidade, que não podem ficar fora dos registros locais como ocorre, sendo invisibilizados.

A não importância dos terreiros enquanto patrimônio histórico local e a ausência das referências sobre a história afro-brasileira no discurso histórico predominante sobre a cidade, acabam por favorecer o processo de intolerância religiosa e invisibilidade da população negra na cidade e na região. Dessa forma, entre outras ações, é necessário que o ensino escolar se disponha a contribuir com o processo de inclusão do ensino patrimonial. Ações como palestras em escolas podem ajudar a manter estes locais preservados, do mesmo modo que

ocorre com os outros bens que já foram tombados ou inventariados pelo país. Assim, a educação patrimonial é de suma importância para que haja uma mudança no quadro de preservação de bens e a UFOPA, através de iniciativas diversas de investigação e de projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), está realizando trabalhos relacionados a este assunto junto à comunidade, com intuito de manter viva as memórias de locais que marcaram determinada época.

Durante o desenvolvimento deste trabalho ocorreram diversas dificuldades como o de acesso a algumas informações, estudos e, principalmente, contato direto com o público-alvo das entrevistas. Tal limitação foi agravada pelo fato de não morar mais na cidade de Santarém e nem na região norte. De todo modo, considera-se que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, em especial, demonstrando a importância do patrimônio histórico afro-brasileiro para a cidade de Santarém.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *Manual da História Oral*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. “Histórias Dentro da História”: Os Cultos Afro-religiosos em Santarém/PA. *Anais do XVI Encontro Regional da História da ANPUH-Rio: Saberes e Práticas Científicas*, 2014a.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. *Histórias, Regras e Sentidos: A Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-brasileiros do Estado do Pará em Santarém*. Santarém: Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Antropologia e Arqueologia, 2014b.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e produção do espaço. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.31, p.95-104, 2012.
- FERREIRA, Mari Ines Caetano; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Deixa a gira girar: proteção e preservação do patrimônio cultural das religiões afro-brasileiras. *Revista de Políticas Públicas*, v.22, n.1, 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*. 2ª edição revista e ampliada. Gráfica Tiagão, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Museu Imperial / DEPRON - IPHAN - MINC.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, editora Vozes, 2009.

MOURA, Beatriz Martins. “*Aqui a gente tem folha*”: terreiros de religião de matriz africana como espaços de articulação de saberes. Brasília: Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Proj. História*, São Paulo, dez. 1993.

PRANDI, Reginaldo. A dança dos caboclos: uma síntese do Brasil segundo os terreiros afro-brasileiros. In: MAUÉS, Raymundo Herald. VILLACORTA, Gisela Macambira. *Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém/Pará: Editora Universitária UFPA, 2008. p. 31-49.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do Nascimento; NOGUEIRA, João Carlos. O Patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº57, p. 195-214, janeiro-abril 2016.

SACRAMENTO, Ivete. Terreiros de candomblé passam a ter mesmos direitos de igrejas. In: *Jornal Maceió*, 27 de junho de 2016. Disponível em: <http://noticias.gospelprime.com.br/terreiros-candomble-direitos-igrejas/> acesso em: 20 de julho de 2019.

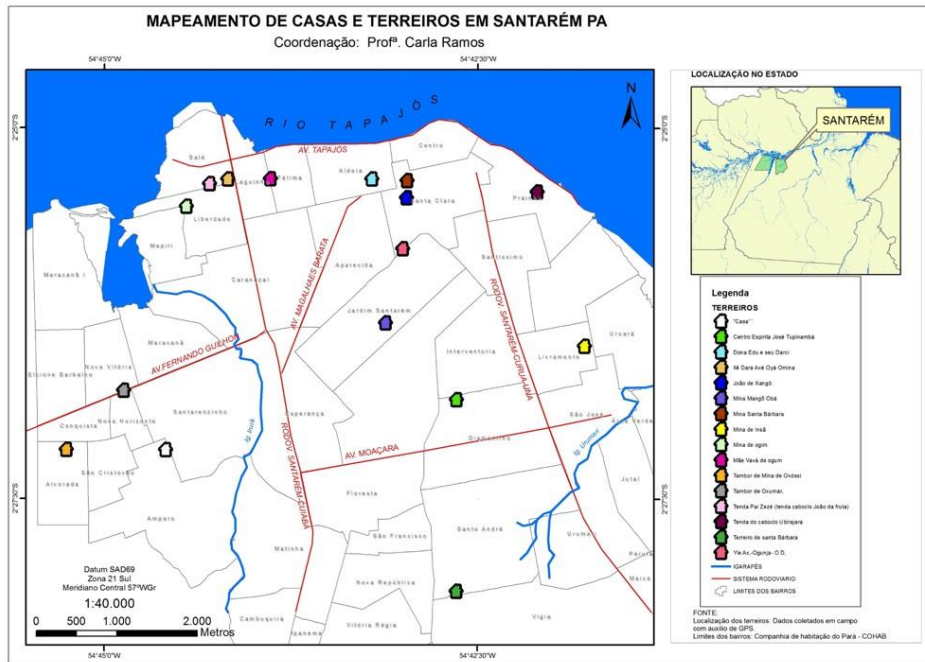
SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Preservação dos Ilês Axés: liberdade religiosa e tombamento de terreiros de Candomblé na Bahia. *Anais do III Encontro Internacional de Direitos Culturais*, Fortaleza/CE, 2014.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Luciane Barbosa de. Os terreiros de matriz africana nos processos do IPHAN: debates no campo do patrimônio cultural. *Anais do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros*, Uberlândia, 2018.

ANEXO

Anexo 1. Mapeamento de casas e terreiros de Santarém/PA (2012)



Fonte: Carla Ramos (2012).

APÊNDICE

Apêndice 1. Características dos terreiros utilizados na pesquisa:

1. Casa: Ilê Dará Asé Ogunjá

Representante da casa: Babalorixá Clodomilson de Ogum, mais conhecido com Babalorixá Jamirim.

Data de fundação: 29 de junho de 2015.

Localização: Rua Indianópolis, número 66. Bairro: Ipanema.

Migrou ou não: Sim.

Características: A casa do Babalorixá Clodomilson possui o salão principal, a cabana dos caboclos, o quarto de Exu e a casa dos Orixás.

Breve histórico: O Babalorixá Clodomilson de Ogum residia anteriormente na avenida Bartolomeu de Gusmão, junto com a sua esposa, a Ialorixá Isabel Preta. Após o falecimento de sua esposa, e desentendimentos com os filhos dela, o terreiro foi fechado e vendido. Após o ocorrido, pai Clodomilson conseguiu comprar a casa de um sargento do BEC, no bairro Ipanema, passando a trabalhar neste novo local, que já possui 4 anos de fundação.

2. Casa: Ilê Asé Oto Sindoyá

Representante da casa: Maria Ozanélia dos Santos Souza, conhecida como Doné Gaiakú Sindoyá.

Data de fundação: 23 de maio de 1979.

Localização: Travessa Antônio Justa, número 2363. Bairro: Caranazal.

Migrou ou não: Não migrou.

Características: A casa da Ialorixá Ozanélia possui o templo central, roncó, assentamento, casa de voduns/orixás, cabana de caboclo, ariaxé.

Breve histórico: Fundada no final da década de 70, a casa inicialmente trabalhava com a umbanda que cultua as entidades indígenas e encantados. Com a chegada da Federação Espírita e Umbandista e dos Cultos Afro-brasileiros do Estado do Pará (FEUCABEP) na cidade, a Ialorixá precisou passar pelo processo de iniciação de raspar a cabeça no candomblé, que é obrigatório para poder manter sua casa aberta.

De início, ela não conhecia nada a respeito do candomblé, passando a se encantar com o passar do tempo, a mãe de santo trabalha com caboclo a 55 anos, mesmo sendo do candomblé, realiza

cultos de caboclos e aos orixás. O terreiro passou por mudanças ao longo dos anos, inicialmente sua estrutura era de ripas e nos dias de hoje é de alvenaria.

Apêndice 2. Lista de terreiros ativos da cidade de Santarém/Pará (jan.2019)

1. Babalorixá Clodomilson de Ogum – Rua Indianápolis 66, bairro Ipanema.
2. Babalorixá Edivanei – Rua Moraes Sarmento.
3. Babalorixá Rubemar – Localizado próximo ao colégio Caixinha do Saber.
4. Babalorixá João Paulo – Av. Presidente Vargas, entre Silvino Pinto e Moraes Sarmento.
5. Babalorixá Juscelino – Av. Angélica.
6. Ialorixá Brígida – Rua Muiraquitã 388, entre as ruas Nações Unidas e Marajó, bairro Livramento.
7. Ialorixá Natália – Rua Silvério Sirotheau, próximo da av. Cuiabá.
8. Ialorixá Conceição Moraes – Trav. Riachuelo, bairro Salé.
9. Ialorixá Ozanélia – Trav. Antônio Justa, bairro Caranazal.
10. Babalorixá Neto de Iemanjá – Rua Oswaldo Cruz, bairro Santarenzinho.
11. Ialorixá Barbosa de Iansã – Rua 2 de junho, entre Rui Barbosa e São Sebastião.
12. Ialorixá Ani – Trav. Prof.^a Agripina de Matos.
13. Ialorixá Leni – Av. São Sebastião, próximo ao Celeiro.
14. Ialorixá Nilda – Entre Av. São Sebastião e Av. Rui Barbosa.
15. Ialorixá Elielsa – Bairro Jutai.
16. Babalorixá Zildo – Bairro Alvorada.
17. Ialorixá Edileusa – Bairro Alvorada.
18. Ialorixá Maria da Paz – Bairro da Matinha.
19. Babalorixá Raimundo - Bairro da Matinha.

Apêndice 3. Lista de terreiros inativos da cidade de Santarém/Pará (jan.2019)

1. Ialorixá Vavá de Ogum – Av. São Sebastião 1387, bairro Aldeia.
2. Ialorixá Isabel Preta – Bartolomeu de Gusmão 372, ao lado do parque da cidade, bairro Aeroporto velho.
3. Ialorixá Graça de Xangô – beco na Plácido de Castro, próximo ao quartel, bairro Caranazal.
4. Ialorixá Nazaré Rufino – Rua Muiraquitã, entre as ruas Nações Unidas e Marajó, em frente ao da Ialorixá Brígida, bairro Livramento.
5. Ialorixá Francisquinha – Bairro Mararu.
6. Babalorixá Eli – Próximo da escola Plácido de Castro. Após seu falecimento do início do ano de 2019, a casa está fechada para o funcionamento externo, somente tem trabalho interno pelos filhos.

Apêndice 4. Mapeamento de terreiros ativos de Santarém/Pará – jan.2019

Terreiros mapeados Santarém/PA

- 1 Terreiro Mãe Maria da Paz
- 2 Terreiro Pai Raimundo
- 3 Terreiro Mãe Natália
- 4 Terreiro Pai Zildo
- 5 Terreiro Mãe Edileusa
- 6
- Terreiro Mãe Conceição Moraes
- 7 Terreiro Pai Juscelino
- 8 Terreiro Pai João Paulo
- 9 Terreiro Pai Clodomilson
- 10 Terreiro Pai Edivanei
- 11 Terreiro Pai Rubemar
- 12 Terreiro Mãe Nilda
- 13 Terreiro Mãe Elielsa
- 14 Terreiro Mãe Ozanelia
- 15 Terreiro Pai Neto
- 16
- Terreiro Mãe Barbosa de Iansã
- 17 Terreiro Mãe Ani
- 18 Terreiro Mãe Leni
- 19 Terreiro Mãe Brigida



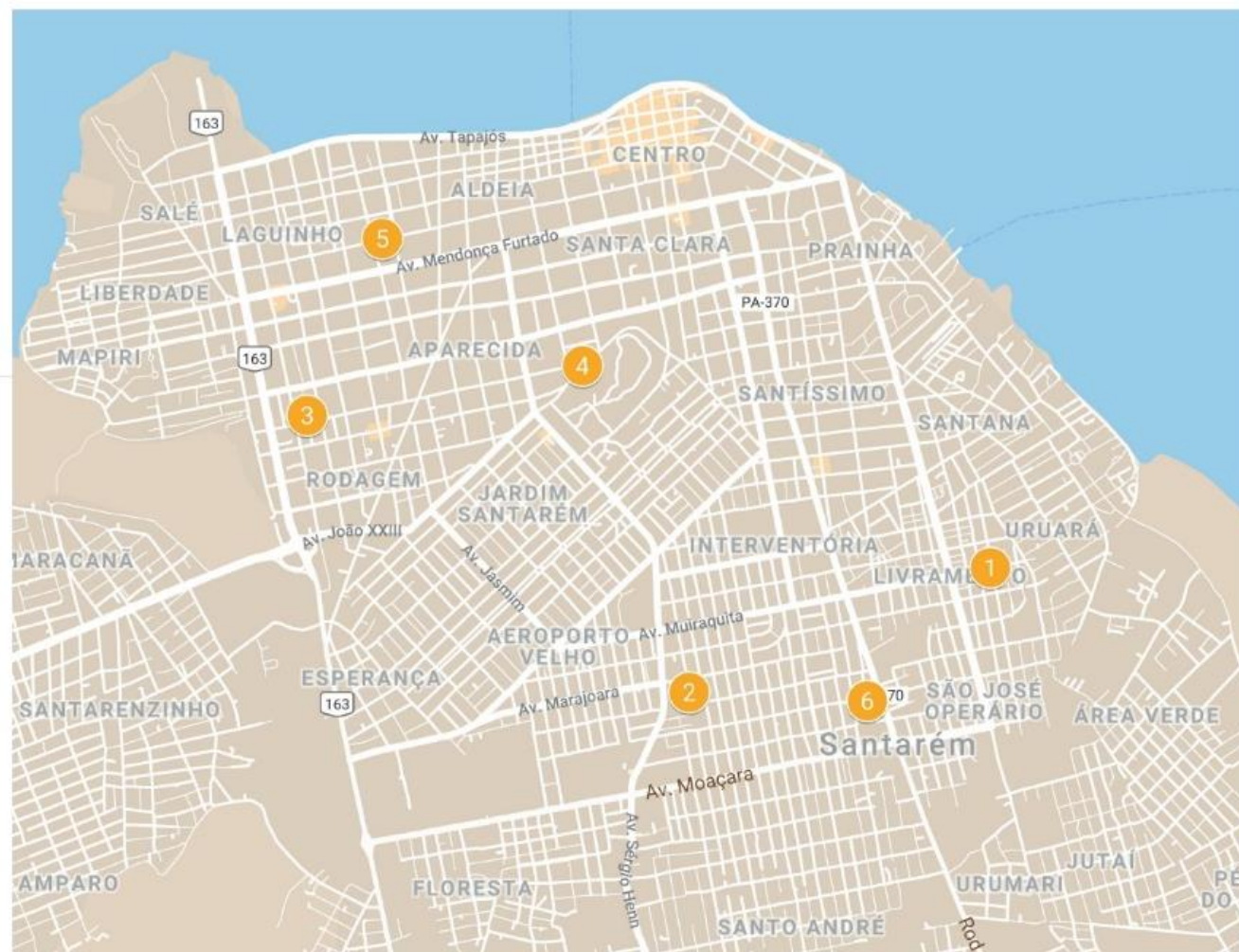
Legenda: Sobrepostos ao terreiro 17, estão os terreiros 3 e 6; sobreposto ao terreiro 2, está o terreiro 1.

Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.

Apêndice 5. Mapeamento de terreiros inativos de Santarém/Pará – jan.2019

Terreiros inativos

- 1 Terreiro Nazaré Rufino
- 2 Terreiro Pai Eli
- 3
- Terreiro Mãe Graça de Xangô
- 4 Terreiro Mãe Isabel Preta
- 5 Terreiro Mãe Vavá de Ogum
- 6 Terreiro Mãe Francisquinha



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.



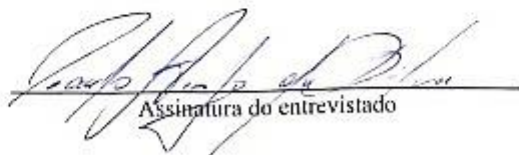
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM GEOGRAFIA E HISTÓRIA / HISTÓRIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista por mim concedida à aluna Priscila dos Santos Brandão como elemento para realização da pesquisa intitulada "As casas de matriz afro-religiosas como patrimônio histórico de Santarém - Pará", tema do seu trabalho de conclusão de curso a ser defendido em 13 de dezembro de 2019, tendo como orientador o Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima, professor da referida instituição.

- a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
- b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PA, 21 de março de 2019.


Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM GEOGRAFIA E HISTÓRIA / HISTÓRIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista por mim concedida à aluna Priscila dos Santos Brandão como elemento para realização da pesquisa intitulada "As casas de matriz afro-religiosas como patrimônio histórico de Santarém – Pará", tema do seu trabalho de conclusão de curso a ser defendido em 13 de dezembro de 2019, tendo como orientador o Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima, professor da referida instituição.

- a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
- b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PA, 13 de março de 2019.


Assinatura do entrevistado

Apêndice 8

PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Discente: Priscila Brandão

PERFIL

Nome

Como a senhora gosta de ser chamada?

Idade

Local de nascimento

Quando a senhora veio morar em Santarém?

TEMA

Quando a senhora começou no candomblé? *

A senhora pode comentar por que começou no candomblé?

A senhora sabe se existiam terreiros de candomblé em Santarém nessa época?

Se sim, quais eram, onde funcionavam e quem eram os responsáveis?

Sabe qual ou quais são os mais antigos?

A senhora pode contar sobre a história do seu terreiro? *

O terreiro desenvolve alguma atividade na comunidade?

Comparando, o que a senhora acha que mudou entre a época em que começou no candomblé e atualmente?

A senhora já sofreu algum ato de intolerância religiosa?

Por que os terreiros de candomblé são importantes e devem ser preservados em Santarém?

Quais os principais desafios do candomblé e das religiões afro-brasileiras em Santarém?

Referências:

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: procedimentos e possibilidades*.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*.